

**UNIVERSIDADE BRASIL
CURSO DE PSICOLOGIA**

LARAYNE ESTHEFANY DO CARMO AMÉRICO
LUANA CRISTINA DO CARMO

**FRANTZ FANON E PSICOLOGIA AFRICANA: MEU CORPO
BRANQUIFICADO! A PSICOPATOLOGIA DA COLONIZAÇÃO**

São Paulo, SP
2019

**FRANTZ FANON E PSICOLOGIA AFRICANA: MEU CORPO
BRANQUIFICADO! A PSICOPATOLOGIA DA COLONIZAÇÃO.**

Larayne Esthefany do Carmo Américo

Luana Cristina do Carmo

Alunas do curso de Psicologia

Orientador Ms. Fábio Pinheiro Santos

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado à Universidade
Brasil, como parte dos requisitos
necessários para obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

São Paulo, SP
2019

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo se aprofundar nas questões que abrangem o racismo, a cultura da eugenia, o processo de miscigenação, branquitude e branqueamento no Brasil, abordando as teorias utilizadas pelo psicólogo afro-estadunidense Wade W. Nobles pioneiro do movimento psicológico afro-americano, fundador e representante da Psicologia Africana que é uma linha de estudos que vem sendo desenvolvida desde a década de 60 e 70, principalmente nos EUA e no Caribe e chega no Brasil a partir de 2009, bem como, as teorias empregadas pelo psiquiatra Franz Fanon, filósofo, fortemente envolvido na luta pela independência da Argélia, um influente pensador do século XX, sobre os temas da descolonização e da psicopatologia da colonização. Entender através dessas abordagens que o lugar social antes de tudo, é um lugar racial, onde existe pela pessoa preta, inconscientemente esse embranquecer-se para caber, padronizar-se dentro do estabelecido pela sociedade, a fim de ser visto como ser humano, e entender as consequências psicológicas advindas da busca em alcançar esses padrões eurocêntricos estabelecidos pela sociedade

Palavras-chave: racismo, colonização, padrões de aceitabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Após mais de 300 anos de sequestros, destruição de famílias, de abusos, torturas, trabalho forçado, estupros e tantas mazelas que o povo africano foi submetido, por pressões da Inglaterra, bem como, o movimento abolicionista o Império Brasileiro, se vê pressionado a assinar a lei que “libertaria” esse povo escravizado, assim temos o dia 13 de maio de 1888, dia em que a princesa Izabel assinara oficialmente a Lei que traria o “fim” da escravização brasileira.

Logo após o dia 13 de maio, o Brasil passará por uma série de projetos, objetificando embranquecer a população, para que ela se torne mais atraente no sentido de realizar negócios no exterior, ou seja, com a Europa.

Visando esse propósito, teremos vários estudos e aplicações de teorias, como o eugenismo, o darwinismo social, a marginalização, leis específicas para embranquecer essa nova população recém liberta.

Diante de todas as artimanhas, traçaremos todos os traumas psicológicos que foram absorvidos ao longo dos séculos por essa população negra, o quão nocivo, e quais transtornos foram ocasionados desde então, e nos basearemos no Dr. Franz Fanon que foi um dos pioneiros no estudo da subjetividade do racismo e toda pressão para o embranquecimento e enquadramento no padrão desta sociedade, bem como, as teorias do Dr. Wabe Nobles pioneiro na abordagem da Psicologia Africana.

1.1. COLONIZAÇÃO

A lei Aurea não foi acompanhada de nenhuma medida que garantisse o sustento do escravizado, o que viera reforçar o papel de dependência dos escravizados em relação aos senhores, as condições ruins e os salários baixos garantiam uma posição subalterna e marginalizada na sociedade, sem oportunidades e sem estudo, eram sujeitos a empregos ruins e mal remunerados, a pobreza e a falta de oportunidades contribuíram para perpetuar essa parcela de ex-escravizados em

posições marginais de nossa sociedade, o que contribuía, inclusive, para o crescimento da criminalidade.

Sem ter como se manter, mínimas condições de infraestrutura, miséria e baixas condições de vida, essa população migra do campo, para a cidade e passam a se aglomerar nos morros, surgindo assim as favelas ou favelização.

Com mais de 50% da população negra e temendo alguma retaliação por parte dos ex-escravizados, o Império Brasileiro passa a traçar estratégias, uma vez que, viam essa nova população brasileira como não interessante para as transações e negócios internacionais, era preciso europeizar essa população, de maneira que ela parecesse mais interessante para futuros negócios.

O Brasil passa a aplicar a cultura da eugênia ideia disseminada por Francis Galton com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano, Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin,² em 1883, reunindo duas expressões gregas, cunhou o termo "eugenia" ou "bem nascido" (Black, 2003, p. 56).

A partir desse momento, eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros - como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal -, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, bem como encontrar os que representavam características degenerativas e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem (Stepan, 1991, p. 1).

Médicos, engenheiros, jornalistas e muitos nomes considerados a elite intelectual da época no Brasil viram na eugenia a 'solução' para o desenvolvimento do país.

Eles buscavam, portanto, respaldo na biogenética (ou seja, nos estudos e resultados de pesquisa de Galton) para excluir negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Assim, apenas os brancos de descendência europeia povoariam o que eles entendiam como 'nação do futuro'.

Segundo a antropóloga social Lilia Schwarcz, a eugenia oficialmente veio ao país em 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com uma tese orientada por Miguel Couto, que publicou diversos livros sobre educação e saúde pública no país.

Portanto, para parte da elite intelectual da época, a eugenia seria uma forma de 'higiene social', tanto que "saneamento, higiene e eugenia estavam muito próximas e confundiam-se dentro do projeto mais geral de 'progresso' do país", conforme assinalou a pesquisadora Maria Eunice Maciel, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Cabe salientar, que a eugenia no Brasil teve um significado diferente do adotado na Europa: enquanto os europeus acreditavam que a miscigenação era uma degeneração das raças e que traria consequências ruins para a evolução da espécie humana, no Brasil havia a intenção de branquear a população, através dessa mistura, para que as próximas gerações fossem todas brancas, num período de no mínimo 50 anos e máximos 200 anos. A população de mestiços era 'positivamente' classificada pelo seu grau de branquitude: quase-branco, semi-branco ou sub-branco.

A aceitação de uma perspectiva de existência de uma hierarquia racial e o reconhecimento dos problemas iminentes a uma sociedade multirracial somaram-se a ideia de que a miscigenação permitiria alcançar a predominância da raça branca. A tese do branqueamento como projeto nacional surgiu, assim, no Brasil, como uma forma de conciliar a crença na superioridade branca com o progressivo desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal para o país. (Jaccoud, 2008)

São Paulo foi a cidade em que o branqueamento melhor 'funcionou', isso se deve ao fato de que a população era levada a crer que o seu desenvolvimento social, intelectual e econômico seria melhor quanto mais branca esta fosse. A política era aceita inclusive entre os afrodescendentes da época, sendo incentivada por muitos deles nas suas relações sociais. O fenótipo da cor negra era algo que nenhum negro queria

passar adiante, era vergonha ter raízes e modos dos africanos! Abaixo uma publicação da época:

A tendência notória do negro para o alcoolismo, é sem dúvida uma força eliminadora e enfraquecedora potente de indivíduos dessa raça, mas não é ela a principal. A meu ver a causa primordial do desaparecimento do negro, sem deixar vestígios, repousa em duas origens que se conjugam, de clima e de altitude, as quais no Negro, geram a tendência á tuberculose e a outras infecções do aparelho respiratório, que os elimina rapidamente, a ponto de não poderem ser absorvidos pela mestiçagem, não ficando deles sinais, portanto. (Ellis Junior, 1933:197)

Os pais incentivavam os filhos a se casarem com pessoas brancas com a esperança que seus netos e bisnetos parecessem cada vez menos negros. Para uma classe de mentalidade racista, o casamento misto entre branco e negro representava o aprimoramento da raça quanto a premiação pela conquista social.

Esse tipo de ideologia tem um fator de ajuda: o psicológico. Usando um exemplo de uma conhecida, ela diz que “quer se casar com um homem branco para branquear mais a família, pois já existem vários negros”. A vontade da moça de ser branca faz com que assumam valores, comportamentos que não são de negros para serem aceitos e acolhidos por brancos. Teresinha Bernardo (1998) usa o psicanalista Sigmund Freud ao tratar das memórias encobertas, ou seja, ela quer esquecer que é negra para esquecer os sofrimentos sentidos na vivência do racismo. Então, essas discriminações sofridas faz com que o processo de branqueamento se intensifique. Muito provavelmente, ela quer que o filho ou a filha seja mais claro ou clara para não sofrer tais discriminações como a mãe sofre.

Nos estudos sobre a branquitude, no Brasil e em outros países, existe o consenso de que a identidade racial branca é diversa. No entanto, na busca por uma definição genérica, podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que

colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define:

A branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

O mais dolorido é perceber como os negros perderam durante a história a sua identidade, a sua origem e a sua cultura.

1.2. FRANTZ FANON

Frantz Fanon, fora psiquiatra, filósofo, cientista social e revolucionário, é um dos pensadores mais instigantes do século XX. Sua obra influenciou diversos movimentos políticos e teóricos na África e diáspora africana e segue reverberando em nossos dias como referência obrigatória nos os estudos culturais e pós-coloniais.

Sua trajetória política e teórica impressiona pela grandiosidade no curto espaço de vida. Nasce em Forte de France, Martinica em 1925 no seio de uma família de classe média e patriota. Em 1944 se alista no exército francês para lutar contra os alemães na segunda guerra mundial e posteriormente segue para Lyon para estudar medicina e psiquiatria. Neste período foi estudante ativo envolvido com a publicação periódica de um jornal mimeografado.

Em 1950 Frantz Fanon escreve o texto que seria a sua tese de doutorado em psiquiatria: *Peau noire, masques blancs* (Peles Negras, Máscaras Brancas), mas a tese, por confrontar as correntes hegemônicas, foi recusada pela comissão julgadora o obrigando a escrever outra tese no ano seguinte em Lyon com o título de *Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'hérédp-dégénération-spino-cérébelleuse – Um cas de maladie de Friereich avec délire de possession* (Problemas mentais e

síndromes psiquiátricas em degeneração espinocerebelar hereditária – Um caso de doença de Friereich com delírio de posse).

Em 1952 participa de diversos debates universitários e seminários em que se confronta ou converge com os pensadores franceses da época. Neste mesmo ano publica uma série de ensaios sobre a situação do negro na França, escreve um drama sobre os trabalhadores de Lyon (*Les Mains parallèles*) e publica o texto da sua primeira tese rejeitada: *Peau noir, masques blancs* (*Peles negras, máscaras brancas*) livro que marcaria a história dos estudos o racismo.

Neste livro o autor discute os impactos do racismo e do colonialismo na psique (de colonizadores e colonizados) e mostra o quanto as alienações coloniais são incorporadas pelos colonizados, mesmo no contexto de elaboração do protesto negro.

O ano seguinte é marcado por um casamento e a sua mudança para a Argélia a fim de estudar mais profundamente os problemas enfrentados pelos imigrantes africanos na França. Segundo Oto (2003) este momento foi fundamental para Fanon compreender os impactos do colonialismo na estrutura psíquica humana:

Ao tentar ampliar suas percepções sobre o problema dos pacientes em territórios coloniais, vinculando as enfermidades ao colonialismo, Fanon aceita neste mesmo ano o contrato com o Hospital Blida-Joinville na Argélia. Durante sua residência neste local os resultados de suas investigações o convenceram das dimensões que o regime colonial assumiam e como este regime desarticula a estrutura psíquica das pessoas. (Oto 2003:219)

O ano seguinte foi marcante para o autor ao assistir o nascimento da revolução argelina e a violenta repressão francesa. É neste contexto que Fanon renuncia ao seu cargo no Hospital psiquiátrico para se filiar à Frente de Libertação Nacional – FLN (*Front de Liberation Nationale*) onde contribuiria ativamente como escritor do jornal *El Moudjahid*, em Túnis.

Os anos seguintes foram marcados por intensa agitação política e participação nos fóruns internacionais dos movimentos de libertação no continente africano. Em 1959 publica *L'an V de la Révolution Algérienne*, sem publicação em português, e em

1961 se encontra com J. P. Sartre e S. Beauvoir. Neste mesmo ano, após escrever *Les damnés de la terre*, o ápice de sua atividade política e intelectual seria interrompido por um problema de saúde que levaria a morte.

Boa parte dos textos escritos por Fanon no jornal *El Moudjahid* foram reunidos por sua esposa e publicados postumamente no livro *Pour la révolution africaine* (1964), publicado em Portugal apenas em 1980 com o título “Em defesa da revolução Africana”.

Apesar de sua importância para a compreensão das relações raciais contemporâneas, 50 anos depois de sua morte, a Obra de Frantz Fanon ainda é pouco estudada no Brasil.

Fanon fala sobre a negação do racismo contra o negro e como isso reforça a ideia do mito da democracia racial existente aqui no Brasil, mostra as inúmeras ideologias que negam a nossa cor e como essas ideologias apoiam o racismo, explicitando também pensamentos existentes na diáspora Africana.

No livro tem dois capítulos: a mulher de cor e o branco, o homem de cor e a branca, nesses capítulos ele fala sobre nossa afetividade e como o racismo faz a branquitude lucrar com a nossa solidão e com o nosso não reconhecimento de nós mesmos.

Mayotte ama um branco do qual aceita tudo. Ele é o seu senhor. Dele ela não reclama nada, não exige nada, senão um pouco de brancura na vida. E quando, perguntando-se se ele é bonito ou feio, responde: “Tudo o que sei é que tinha olhos azuis, que tinha os cabelos louros, a pele clara e que eu o amava”.

1.3. WADE W. NOBLES – A PSICOLOGIA AFRICANA

Dr. Wade W. Nobles é professor jubilado do Departamento de Estudos Africanos da Universidade do Estado de São Francisco e pioneiro do movimento de psicologia afro-americana.

Analisando o povo africano em toda a diáspora, coletivamente precisamos "voltar atrás e reconstruir o que esquecemos", o que nós, coletivamente, esquecemos ou o modo mais preciso, o que nosso opressor exauriu de nossa mente, foi o significado de ser africano. Ele não conseguiu aniquilar o africano dentro de nós, entretanto, alterou a percepção ou a crença em nosso senso de africanidade intrínseco; e esse sendo alterado de consciência é o problema fundamental dos diaspóricos, africanos e afro-americanos.

Atualmente Nobles, (1986) está reemergindo o campo da psicologia negra e reafirmando uma base afrocentrada em seu cerne.

Com efeito, o desejo de "proximidade com a brancura" é uma doença mental debilitante para africanos. O "embranquecimento" deve ser considerado como patogênico, e os africanos do Brasil, como em toda parte, independentemente da mistura biológica, quando apresentam esse desejo incontrolável de ser branco, ou querem se aproximar da brancura, ou sofrem da ilusão de que não são negros devem ser clinicamente diagnosticados como sofrendo de trauma causado pela experiência prolongada e constante de terrorismo psicológico.

Muitos psicólogos afrocentrados acreditam que o ataque histórico da supremacia branca resultou na distorção da personalidade africana. Akbar (1981), identifica quatro distorções ou desordens da personalidade relacionadas com uma sociedade tipificada pela opressão, pelo racismo e pela supremacia branca (ou emanadas dessa sociedade). A primeira é a "desordem do ego alienado", em que o indivíduo se comporta de modo contrário à sua própria natureza e sobrevivência. Aprende a agir em contradição com seu bem-estar e em consequência se " aliena" em relação a si mesmo. Desagrada-lhe seu fenótipo natural e tudo aquilo que recorde a aparência física de um africano.

A segunda é a "desordem do ser contra si mesmo", em que o indivíduo que expressa hostilidade aberta ou disfarçada em relação ao próprio grupo, e, portanto, a si mesmo. Identifica-se exageradamente com o grupo dominante e imita ou internaliza a hostilidade e o negativismo desse grupo em relação ao seu. Assim, com o tempo, torna-se contrário ou hostil a qualquer coisa que seja negra ou que os lembre que são negros.

Na terceira desordem da personalidade, a "autodestrutiva", as pessoas afetadas se envolvem com fugas destrutivas da realidade como drogas, crimes românticos, fantasias de aceitação e assim por diante. Homicídios, imposturas, cafetinagem, prostituição e tráfico de drogas, cometidos por negros contra negros, são todos sintomáticos da desordem autodestrutiva.

Finalmente, Dr. Âmbar observa que há disfunções fisiológicas, neurológicas e bioquímicas provocadoras de desordens da personalidade que se devem as desigualdades raciais de longa data no atendimento médico e na educação, habitação e outras condições socioeconômicas da vida.

Ao tornar o africano humano apenas na medida que se aproxima das definições brancas da humanidade, estamos trocando a "força espiritual", aquilo que nossa ancestralidade define como essência humana, por um conjunto de novas lealdades.

2. DISCUSSÃO

Os africanos que foram vendidos ou raptados para diversos cantos do mundo durante a guerra e que tinham de dar sentido ou significado à realidade de novos lugar, condição e povo. Apesar de não estarem na sua terra, o único meio de que dispunham para navegar e dar sentido à nova condição de servidão e barbarismo era o mapa mental de ser africanos, isto é, apesar de não estarem em África não perderam por completo a sua africanidade, razão pela qual encontramos hoje em dia os africanos vendidos como escravos no Brasil que ainda vivem na base de algumas práticas típicas de África.

Ser negro, é formar uma consciência do processo ideológico que através do discurso mítico acerca de si cria uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer tipo de exploração”, não é uma condição dada, a priori, ou seja, não se nasce negro. “Ser negro é tornar-se negro”. E ainda, a outra alternativa (impossível) é tornar-se branco. (Santos, Ed. Graal RJ 1983)

Construir uma identidade negra é uma tarefa eminentemente política e que para isso é imprescindível contestar e romper com o Ideal de Ego (modelo) “que lhe ensinaram a ser uma caricatura do branco”. Sendo a outra possibilidade (tornar-se branco) inalcançável o negro cria uma ferida narcísica, enfraquecendo ou anulando a sua autoestima.

Segundo Nobles (2009) a Psicologia Africana é aquela que se preocupa com a libertação física e mental do africano de uma forma revolucionária, se preocupa com a essência e integridade africanas, com a criação e crítica de um corpo de ideias teóricas e práticas com o objetivo de promover a compreensão e explicação do ser e vir a ser africanos.

Sankofa origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”, entender as razões, buscar na ancestralidade, voltar e achar essa autoestima perdida ao longo do caminho, sair dos estereótipos criados por uma sociedade eurocentrada e entender que sempre é tempo quebrar os padrões impostos e recuperar o tempo.

Fanon traz a necessidade de novas práticas que possam compreender e intervir nas problemáticas da população negra. Evidente que, não se trata de criar uma ciência específica para os negros, mas de incluí-los como “diferença”.

Por fim, Fanon reivindica a liberdade enquanto uma possibilidade concreta ao afirmar que: Eu, homem de cor quero apenas uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a dominação do homem pelo homem. Isto é, de mim por outro que me seja permitido descobrir e querer o homem onde quer que ele se encontre. (Fanon, 2008, p. 265).

3. CONCLUSÃO

Embora o estudo realizado tenha como tema central a população negra, bem como, a pessoa africana em diáspora, ele é adaptável também as culturas, colonizadas inferiorizadas e subjugadas.

Concluimos, que é de suma importância para o psicólogo entender a subjetividade, as especificidades, a história, a ancestralidade, a espiritualidade do ser humano, ou seja, o conjunto que forma esse indivíduo entendendo o mundo que este encontra-se inserido, afim de trazer a essa pessoa preta despersonalizada o resgate da sua ancestralidade, aplicando a Sankofa em sua vida e voltando ao passado quantas vezes forem necessárias, afim de se encontrar, se redescobrir, se resignificar.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDO, Teresinha. **Racismo no século XXI**. São Paulo: Educ/Fafesp/Unesp, 1998.

BLACK, E. **A guerra contra os fracos**. Tradução T. Magalhães. São Paulo: A Girafa, 2003.

CARONE, Irai e BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915–1930. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.563–600, 2002.

EL-DINE, Lorenna Ribeiro Zem. **Eugenia e seleção imigratória**. 2016, vol.23, suppl.1, pp.243-252.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

JACCOUD, L. **Racismo e República**: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 49-68

NOBLES, Wade W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado in: NASCIMENTO, E. L. (Org.). Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora. Coleção Sankofa: **Matrizes Africanas da Cultura Brasileira**, 4, pp. 277 -297. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OTO, A.J. **Frantz Fanon: Política e Poética do Sujeito Pós-Colonial**, México. El Colégio de México, 2003.

SANTOS, Neusa Souza. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

STEPAN, N. L. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.